

# OS RESULTADOS DO IDEB NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA REDE ESTADUAL DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AMAPÁ

Claudia Regina dos Santos Silva\*

## RESUMO

Neste artigo tem-se por objetivo analisar os resultados do IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da Rede Estadual do Município de Macapá no estado do Amapá nas edições de 2007 a 2019. O pressuposto do estudo é verificar se as políticas públicas educacionais oferecidas pelo Ministério da Educação e as implementadas pelo Estado podem estar contribuindo, de alguma maneira, para melhoria nos resultados do índice. Para tanto, buscou-se informações em dados secundários obtidos em base de resultados nacionais. Como conclusão verificou-se possíveis relações entre os avanços educacionais vislumbrados nos dados apresentados na série histórica da rede estadual de Macapá com as ofertas de Programas Federais pelo MEC e a implementação de políticas públicas em regime de colaboração no Estado. No estudo constatou-se que ambas as iniciativas propuseram ações para o aprimoramento de práticas didático pedagógicas com vista ao fortalecimento da condução de uma rotina escolar focada na melhoria da aprendizagem dos estudantes matriculados na etapa dos anos iniciais do ensino fundamental.

Palavras-chave: IDEB. Avaliação em larga escala. Políticas Educacionais. Macapá.

## 1 INTRODUÇÃO

Coletar e interpretar informações são práticas desenvolvidas pelos seres humanos para se organizarem no espaço e nas ações cotidianas. Na educação pública, coletar informações se tornou imprescindível, porém, complexa diante de sistemas educacionais que agregam milhões de estudantes.

A criação do sistema nacional de avaliação significou grande conquista no debate educacional brasileiro. Possuir um termômetro do processo de ensino e da aprendizagem concretiza o anseio nacional de averiguar a concessão do direito de aprender aos estudantes. De acordo com Saviani (2009), as políticas públicas definidas por um conjunto de medidas e metas enfatizam a qualidade do ensino como prioridade.

A Constituição Federal prevê a necessidade de, além de garantir ensino fundamental obrigatório e gratuito, assegurar padrão de qualidade a partir de responsabilidades

---

\* Servidora Pública da Educação do Estado do Amapá. Especialista em Língua Portuguesa. Universidade Federal do Amapá. Professora do quadro efetivo, atuando desde 2018 na Gestão Educacional do Amapá na Coordenadoria de Desenvolvimento e Normatização de Políticas Educacionais – CODNOPE/SEED/AP. E-mail: claudiaduff\_35@hotmail.com.

compartilhadas entre Estado e família. No seu Artigo 205 reforça: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Partindo da premissa do reconhecido direito a educação como um direito fundamental e constitucional, é necessário estabelecer critérios de efetividade e de máxima eficiência, destaque, portanto, ao processo de mensuração da qualidade do ensino, que é comumente realizado por meio da utilização de avaliações educacionais externas. Sobre essa afirmação Vianna (1989, p. 21) ressalta “a avaliação tem por objetivo gerar conhecimentos que levem a decisões que tenham consequências imediatas na prática escolar”.

Sobre as primeiras experiências de avaliação em larga escala no Brasil, apesar de tardia se comparadas a outros países como Cuba, Chile e Republica Dominicana, como evidenciam Brooke, Alves e Oliveira (2015, p. 17) “quando o país ainda ensaiava uma metodologia para aferir a aprendizagem de pequenas amostras de alunos de Ensino Fundamental, já havia sistemas de avaliação externa de larga escala em outros países do continente”. Tem-se início na década de 1980, uma evolução histórica que foi se expandindo a partir da influência de organismos internacionais que propunham a avaliação educacional como premissa para a garantia da equidade e qualidade na educação e conseqüentemente, impulso a modernidade na administração estatal brasileira (BROOKE; ALVES; OLIVEIRA, 2015).

Sobre a prática da avaliação educacional, Vianna (1989, p. 47) esclarece:

A avaliação, segundo a perspectiva ora desenvolvida, é um processo sistemático de levantamento de dados relativos a um determinado fenômeno, a fim de possibilitar a tomada de decisões com base em julgamentos de valor. A avaliação educacional aplicada à situação específica do rendimento escolar procura, desse modo, identificar as necessidades instrucionais dos alunos, com base em pontos críticos do seu desempenho em provas escolaridade. Busca coletar elementos para fundamentar a análise da eficiência do sistema de ensino. A avaliação educacional está, basicamente comprometida com a melhoria da qualidade do ensino e com a compreensão da influência dos professores no desenvolvimento de programas educacionais.

No Brasil, a qualidade da educação básica vem sendo aferida por meio de indicadores oriundos das avaliações em larga escala que integram as políticas públicas de avaliação como taxa da alfabetização, média de proficiência em Língua Portuguesa e Matemática e taxa de aprovação.

O Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) constitui o conjunto das avaliações externas em larga escala que permite ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas

educacionais Anísio Teixeira (INEP) realizar um diagnóstico da educação básica brasileira e dos fatores que podem interferir no desempenho dos estudantes. Portanto, o SAEB serve como uma bússola ao captar as médias de desempenho dos estudantes, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar na composição do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB).

O IDEB é parte integrante do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação (Decreto nº. 6.094/07), dispositivo legal que coloca em ação as 28 propostas contidas no PDE, cujo eixo principal é articulação entre União, Estados, Distrito Federal, Municípios e sociedade civil em prol da qualidade da educação.

De acordo com Fernandes (2007) o IDEB foi um mecanismo criado pelo INEP para ser um indicador sintético da educação brasileira, que leva em consideração resultados acadêmicos e fluxo escolar, obtidos por meio da Prova do SAEB e do Censo Escolar. Portanto, por ter como premissa a progressão satisfatória da aprendizagem do estudante para que avance para as próximas etapas de sua escolarização, o cálculo segue a proposta de equação  $IDEB = (1/T) \times N$  (nota). Em que: T = número de anos que, em média, os estudantes gastam para completar uma etapa (T = tempo). N = média das avaliações externas, ou seja, o valor do desempenho dos estudantes em testes dos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática, expresso em valores que vão de 0 a 10. Logo, os referenciais ‘tempo de estudo’ e ‘nota de desempenho dos estudantes nos exames padronizados’ são os dados quantitativos que formam o IDEB (FRANCO; ALVES; BONAMINO, 2007).

O IDEB tem por finalidade a definição de metas e o acompanhamento da qualidade do ensino básico no país, trazendo informações relativas ao desempenho de cada unidade da federação e de suas escolas. Por ser um indicador que permite uma visão abrangente e detalhada do fluxo escolar e do nível de proficiência dos estudantes nas avaliações de Língua Portuguesa e Matemática, pesquisar os resultados IDEB na rede pública estadual do município de Macapá oportunizará verificar se há reflexos na condução de políticas educacionais na melhoria da aprendizagem dos estudantes.

Isto posto, o presente artigo tem como objetivo analisar os resultados do IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual do município de Macapá-Amapá, a partir dos dados apresentados nas edições de 2007 a 2019. Tais análises servirão para verificar se as políticas públicas educacionais oferecidas pelo Ministério da Educação - MEC e as implementadas pelo Estado podem estar contribuindo, de alguma maneira, para gerar impactos positivos nos resultados educacionais apresentados.

Este estudo a partir da análise em dados secundários, permite verificar a aprovação escolar, a partir de informações oriundas do Censo Escolar, assim como as médias de desempenho nas avaliações do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) do contexto de pesquisa, levando-se em consideração as preocupações contemporâneas sobre eficiência e qualidade da educação, face à necessidade de promover levantamento das dimensões políticas, pedagógicas, estruturais que abarcam o processo educacional.

As contribuições de Pontes (2021), sobre a proficuidade de indicadores educacionais como instrumentos indispensáveis para análise das diversas dimensões do processo educacional, evidenciam o foco para áreas de pesquisa que contemplem análises entre fluxo dos estudantes ao longo das séries do Ensino Fundamental, integrado às taxas de aprovação e ao desempenho dos mesmos, nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

O paralelo entre as políticas educacionais externas oferecidas pelo MEC e as estratégias internas planejadas em regime de colaboração entre Estado e Municípios, somados aos resultados obtidos pelo IDEB é de relevante interesse da gestão pública estadual para ressignificar tomadas de decisões e contribuir no desenvolvimento de políticas educacionais mais assertivas.

Com este estudo, alguns questionamentos podem ser realizados pela administração pública estadual, relacionando as metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação – PEE, e no Planejamento Estratégico da Secretária Estadual de Educação do Amapá - PESEED, como: quais políticas o Estado pode adotar ou manter com vistas a atingir as metas estabelecidas no PEE e PESEED? Quais estratégias podem contribuir para melhoria dos indicadores educacionais?

Entende-se que analisar fatores relacionados aos resultados do IDEB nos contextos escolares, entre os anos de 2007 e 2019, produzirá informações que poderão ser compartilhadas com a comunidade acadêmico-científica e com profissionais da educação que atuam no cotidiano escolar da rede, como contribuição de repensarem sobre o planejamento educacional e as políticas públicas em prol da melhoria da qualidade da educação.

O interesse pela investigação justifica-se pelo fato da autora do artigo integrar há 25 (vinte cinco) anos a rede pública estadual do Amapá como docente efetiva. Desde 2017, atuar na gestão pública a frente da Coordenadoria de Desenvolvimento e Normatização de Políticas Educacionais - CODNOPE/SEED, e contribuir na estruturação do Regime de Colaboração para o fortalecimento de políticas educacionais integradas e colaborativas. Na pesquisa desenvolvida neste trabalho, o foco é contribuir com a rede estadual, por meio de um estudo

que possa analisar os indicadores de desempenho dos estudantes das unidades escolares e os fatores determinantes para a qualidade de ensino.

Para tornar possível esse estudo, foi realizada uma pesquisa de caráter quantitativo, utilizando análise descritiva para explorar o problema delimitado. Quanto aos métodos utilizados, esta pesquisa é baseada na análise documental em dados secundários. Foram utilizados os dados disponibilizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Censo Escolar 2020 e os resultados do IDEB de 2007 a 2019.

Ainda, na construção do referencial teórico que embasa este estudo, foi realizado levantamento bibliográfico em autores disponibilizados nas disciplinas do Curso de Especialização em Estatística e Avaliação Educacional oferecido pelo Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação - CAED, da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, em parceria com o INEP, tais como Vianna (1989); Bonanimo (2012); Brooke (2015); Fresneda (2016), etc. Este tipo de pesquisa se faz importante por possibilitar o acesso a dados relevantes relacionados com a temática em estudo.

Este trabalho se organiza em seções. Na introdução, apresenta-se o objetivo da pesquisa, na segunda seção será abordado o IDEB e sua sistematização, na terceira seção contextualiza-se o município de Macapá em relação ao Estado e as políticas públicas educacionais oferecidas pelo MEC e as implantadas em regime de colaboração no Amapá; na quarta seção debruça-se na análise dos dados nos IDEBs da rede pública estadual do município de Macapá. Por fim, serão apresentadas as considerações finais.

## **2 CONSIDERAÇÕES SOBRE SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO E ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB)**

Historicamente a origem do SAEB está intrinsecamente relacionado ao processo de industrialização no Brasil, que comandado pela competitividade econômica da política neoliberal mundial, verificou a necessidade de implantar instrumentos padronizados para medir e monitorar o nível de aprendizagem de alunos e a partir daí, impulsionar políticas educacionais com foco na qualidade da educação (BROOKE; ALVES; OLIVEIRA, 2015).

Ao traçar a evolução histórica de sistemas de avaliação, com bases iniciais motivadas para atender a demanda capitalista no atendimento a necessidade do mercado de trabalho, no fragmento do livro “A Avaliação da Educação Básica: Experiência Brasileira” os autores argumentam:

Uma vertente dessa discussão no Brasil se debruça sobre a influência do Banco Mundial e outras agências multilaterais por meio do financiamento de projetos e reformas que incluíam os testes de desempenho como elemento. Esta influência é muitas vezes vista como uma ingerência indevida e indesejada, fruto da atuação dessas instituições a favor de um modelo de desenvolvimento capitalista que requeria o reordenamento do sistema educacional em bases mais claramente adaptadas às necessidades do mercado de trabalho (BROOKE; ALVES; OLIVEIRA, 2015, p. 18).

Entre as organizações internacionais que impulsionaram a avaliação em larga escala no Brasil, destaca-se o Banco Mundial, por associar a qualidade da educação como um mecanismo fundamental na aquisição de acúmulo do capital, que mesmo, vinculado ao projeto capitalista, despertou a necessidade de verificar o desempenho das habilidades e competências essenciais para qualificação do indivíduo (BROOKE; ALVES; OLIVEIRA, 2015).

No entrelace da definição de habilidades essenciais para a qualificação dos estudantes, Bonanino e Sousa (2012, p. 387) apresenta discussões sobre as três gerações de Avaliação da Educação Básica em interface ao currículo da escola e argumenta:

[...] o desafio parece ser a compatibilização dos objetivos, desenhos e usos dos resultados das três gerações de avaliação em larga escala a fim de propiciar uma discussão informada sobre os aspectos específicos de língua portuguesa e matemática que precisariam ser aprendidos por todos os alunos, bem como uma definição mais clara do que esses alunos deveriam ter aprendido ao final de cada ciclo nessas duas áreas do saber escolar. É aí que se insere a necessidade de aumentar o acervo de pesquisas que contribuam para a compreensão dos impactos das novas gerações da avaliação educacional no currículo escolar.

Os autores apresentam contribuições teóricas, que podem ampliar a análise desta pesquisa futuramente, pois apresentam as implicações na limitação do desenvolvimento das competências e habilidades do currículo para o alcance de metas educacionais que priorizem os direitos de aprendizagem dos estudantes.

Criado pela Lei nº 378 de 13 de janeiro de 1937, o atual Instituto Nacional de Estudo e Pesquisas Educacionais (INEP) seguiu como um órgão executor da política educacional que no desdobrar para o fortalecimento da educação pública de qualidade foi encorpado pelo princípio constitucional da garantia do padrão de qualidade na educação, previsto no artigo 206, inciso VII, da Constituição Federal (1988).

Na década de 90 foi promulgada a LDB nº 9394/96, e no seu artigo 9º reafirma a necessidade de um sistema nacional de avaliação:

[...] VI - assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino (BRASIL, 1996).

Os aparatos legais e as reformas educacionais em favor da escola pública de qualidade deram sustentabilidade para expansão e modernidade do INEP. Em 1990, inicia-se um processo de reorganização com o objetivo de garantir levantamentos estatísticos robustos para orientar as políticas do Ministério da Educação, implementa-se então, o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB) que por meio de um conjunto de avaliações externas em larga escala possibilita ao INEP identificar fatores que possam interferir no desempenho dos estudantes e dar um indicativo da qualidade do ensino para todos os estados brasileiros.

A participação de políticos brasileiros em fóruns internacionais, com foco na urgência de criação de políticas públicas educacionais para o desenvolvimento econômico e social, impulsionou a criação do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) e o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, com o objetivo de promover as reformas educacionais emergenciais para inserir o país no projeto de desenvolvimento global. Lançado pelo Ministério da Educação em abril de 2007, o PDE instituiu um conjunto de Programas em regime de colaboração, com vistas a fortalecer a autonomia e aprimorar a atuação dos entes federados na implementação de políticas que potencializasse a qualidade e equidade educacional em cinco eixos principais: Educação Básica; Educação Superior; Educação Profissional, alfabetização e diversidade. No período de sua criação, o PDE oportunizou o desenvolvimento de várias ações com foco na identificação e solução de problemas que afetavam diretamente a educação brasileira como: Brasil Alfabetizado, Transporte Escolar, Proinfância, Saúde nas escolas, Piso Magistério, etc.

E para fortalecer o processo da avaliação educacional, o Decreto nº 6094, 24 de abril de 2007, que instituiu o PDE, alterou as regras de realização dos exames nacionais ao criar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. O Decreto no seu Art. 3º esclarece:

A qualidade da educação básica será aferida, objetivamente, com base no IDEB, calculado e divulgado periodicamente pelo INEP, a partir dos dados sobre rendimento escolar, combinados com o desempenho dos alunos, constantes do censo escolar e do Sistema de Avaliação da Educação Básica - SAEB, composto pela Avaliação Nacional da Educação Básica - ANEB e a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Prova Brasil) (BRASIL, 2007).

Ainda conforme o documento, o IDEB se constitui dos seguintes indicadores “(i) taxa de aprovação média nos anos/série que compõem a etapa de ensino; (ii) resultado de desempenho de aprendizagem em língua portuguesa; (iii) resultados de desempenho de aprendizagem em matemática” (BRASIL, 2007).

Na sua formulação, o IDEB combina o rendimento e o desempenho escolar dos estudantes. Ele é calculado nas etapas do Ensino Fundamental e Médio da Educação Básica.

No Ensino Fundamental os dados são produzidos no final de cada ciclo: Anos Iniciais, 5º Ano, e Anos Finais, 9º Ano. Embora pareça simples, o índice é expresso por um cálculo bastante elaborado, ou seja, para extrair a taxa de rendimento e a proficiência, uma série de outros cálculos precisam ser efetuados.

Para exemplificar, o IDEB de determinado ano é dado pelo produto da média padronizada (proficiências dos estudantes) da Prova Saeb e pelo indicador de rendimento da etapa de ensino dos estudantes das escolas, extraído do Censo Escolar. Nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, a taxa de aprovação é formulada a partir da média das taxas de aprovação de todos os anos dessa etapa de ensino (1º, 2º, 3º, 4º e 5º). Se todas as turmas da etapa em questão tiverem uma aprovação de 100%, a taxa média desta etapa será 1. Se, por outro lado, nem todas as turmas tiverem uma aprovação de 100%, essa taxa será um número menor, entre 0 e 1, que é a variação da taxa de rendimento escolar. Segundo a Nota Técnica 2019 do INEP (BRASIL, 2019), a taxa de aprovação dos estudantes de uma determinada turma é dada pelo quociente do número de alunos aprovados pela soma dos alunos aprovados, reprovados e evadidos.

O desempenho escolar é dado pela média padronizada de proficiência dos estudantes na Prova SAEB. Na fórmula do IDEB é dada pela média aritmética das proficiências em Língua Portuguesa e Matemática. A variação é um número entre 0 e 10, e para chegar a esse valor, o cálculo se vale de fórmulas pré-estabelecidas em relação à proficiência. Cada uma das proficiências, por sua vez, é calculada por uma fórmula específica, na qual são consideradas as médias de todos os estudantes da referida turma, bem como o desvio padrão e pontos de corte inferiores e superiores, conforme nota técnica do IDEB. A prova é realizada por estudantes matriculados no 5º ano, em turmas que encerram a etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Isto posto, o IDEB passa a ser o principal instrumento de medição da qualidade da educação básica no Brasil, e sintetiza em um único indicador dois conceitos importantes para aferir a qualidade do ensino no país: Fluxo Escolar e Desempenho. As médias de desempenho dos estudantes, apuradas no SAEB, juntamente com as taxas de aprovação, reprovação e abandono, apuradas no Censo Escolar, compõem o indicador. Soares e Xavier (2013, p. 906) enfatizam que confiabilidade do IDEB se configura por agregar em um único indicador, informações fundamentais para análise de sistemas de educação básica.

De acordo com a Nota Técnica que trata das metodologias utilizadas para a trajetória do IDEB, o Plano de Desenvolvimento da Educação estabeleceu média 6,0 como meta a ser alcançada pelo Brasil até o ano de 2022. A definição quântica está ancorada na média dos

países desenvolvidos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), principal avaliação internacional de estudantes.

De acordo com a Nota Técnica do IDEB, o índice:

É um indicador de qualidade educacional que combina informações de desempenho em exames padronizados (Prova Brasil ou Saeb) – obtido pelos estudantes ao final das etapas de ensino ( 5º e 9º anos do Ensino Fundamental - antiga 4ª e 8ª séries) e 3ª série do ensino médio) – com informações sobre rendimento escolar (aprovação) (BRASIL, p. 1, 2019).

Os avanços nas políticas públicas educacionais, estabelecidas em regime de colaboração entre governo federal, estados e municípios apresentam desdobramentos necessários que ampliam o fortalecimento da efetiva corresponsabilidade de todos os atores educacionais com a qualidade do ensino e da aprendizagem, expandindo tomadas de decisões mais assertivas que contemplam a busca efetiva pela alfabetização e letramento e a garantia do direito de aprender a todos os estudantes. Sobre isso, Frenseda (2016, p. 9) enfatiza:

A qualidade do sistema educacional se tornou a essência das reformas na busca de níveis de aprendizagem mais elevados e equitativos, e o sistema de avaliação é a garantia que os olhos de todos estarão sempre focados na eficácia das escolas.

A sociedade organizada, juntamente com o Estado, é responsável pela escola pública de qualidade. Isto posto, pressupõe-se a colaboração e o empenho das instituições sociais, econômicas e políticas em superar as desigualdades educacionais e garantir o direito de aprender aos educandos. Na próxima seção serão abordadas as características e a estrutura da rede estadual de ensino no município de Macapá, assim como as políticas públicas educacionais ofertadas e executadas pela rede de ensino.

## 2.1 CARACTERIZAÇÃO E TIPIIFICAÇÃO DO MUNICÍPIO DE MACAPÁ

O Amapá é um dos Estados da região norte do Brasil, composto por dezesseis municípios, a saber: Amapá, Calçoene, Cutias, Ferreira Gomes, Itaubal, Laranjal do Jari, Macapá, Mazagão, Oiapoque, Pedra Branca do Amapari, Porto Grande, Pracuuba, Santana, Serra do Navio, Tartarugalzinho e Vitória do Jari. Possui área territorial de 142.470,762 km<sup>2</sup> e quantifica uma população de 861.773 pessoas, segundo estimativa do IBGE em 2020. Da totalidade da população, 512 mil estão localizadas na capital Macapá.

Devido à abrangência de atendimento pela rede estadual de ensino nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, vislumbrada no quadro 1 a seguir, definiu-se pelo município de Macapá como lócus desta pesquisa.

Quadro 1: Quantitativo de Escolas por município que atendem Anos Iniciais do Ensino Fundamental

<b>ATENDIMENTO ANOS INICIAIS ENSINO FUNDAMENTAL</b>		
<b>MUNICÍPIO</b>	<b>Nº ESCOLAS ESTADUAS</b>	<b>Nº ESCOLAS MUNICIPAIS</b>
Amapá	04	12
Calçoene	01	11
Cutias	06	04
Ferreira Gomes	04	07
Itaubal	06	12
Laranjal do Jari	33	22
Macapá	92	68
Mazagão	17	49
Oiapoque	22	19
Pedra Branca do Amapari,	13	11
Porto Grande	06	13
Pracuuba,	02	06
Santana	17	24
Serra do Navio	00	04
Tartarugalzinho	17	09
Vitória do Jari	00	17

Fonte: Censo Escolar (2020)

A Vila de São José de Macapá foi fundada no dia 4 de fevereiro de 1758. O evento ocorreu na atual praça Veiga Cabral, que ao erguer Pelourinho, diante do Capitão General do Estado do Grão-Pará, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, sacramentou a fundação da Vila. Em 1856 Macapá passa a ser denominada de cidade. No ano de 1943, o presidente da República, Getúlio Vargas, institui pelo Decreto-Lei nº 5.812 o Amapá em Território Federal e por meio do Decreto 6.550 Macapá torna-se capital do Amapá (PORTAL DO GOVERNO, 2021).

Macapá está situada na região sudeste do estado, sua extensão acompanha a margem esquerda do rio Amazonas, entre os rios Pedreira, Matapi e litoral atlântico. É a única capital brasileira cortada pela Linha do Equador. Considerando as análises de Silva (2017) o desenvolvimento da cidade foi lento no início do século XX, porém, a partir da década de 1970 com os investimentos do governo federal em construção civil e a garimpagem, houve um crescente processo migratório. Atualmente, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2020), o município possui população estimada em 512.902 habitantes, distribuídos em um território de 6.563,84 km<sup>2</sup>, o que coloca como o município mais populoso do estado.

Como demonstrado no Quadro 1, o município concentra a maioria das escolas estaduais públicas. Dados do Censo Escolar de 2020 quantificam que das 92 unidades escolares que atendem Anos Iniciais do Ensino Fundamental, 32 estão localizadas na zona urbana e 60 na zona rural. Ainda de acordo com o Censo Escolar 2020, somando as redes estadual e municipal, o município obteve 66.482 matrículas no Ensino Fundamental, desse valor 38.006 (57,2%) é referente aos Anos Iniciais e 28.476 (42,8%) aos Anos Finais do Ensino Fundamental.

Tabela 1: Quantidade de Matrículas nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental no Município de Macapá

<b>QUANTITATIVO DE ESTUDANTES MATRICULADOS NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL – MUNICIPIO DE MACAPA</b>	
<b>REDE ESTADUAL</b>	<b>REDE MUNICIPAL</b>
15.174 estudantes	22.832 estudantes

Fonte: Censo Escolar 2020

Ao analisar a distribuição de matrículas entre as redes de ensino, podemos verificar que 39,9% das matrículas referentes aos Anos Iniciais do Ensino Fundamental concentram-se sob a responsabilidade da rede estadual de ensino, possivelmente reflexo da ausência de uma política de municipalização, o que pode acarretar fragilidades no atendimento ao direito de aprender dos estudantes, devido descentralização de orientações pedagógicas focadas nas etapas de ensino.

No Amapá, as discussões para a implementação de políticas educacionais em regime de colaboração entre Estado e Municípios tiveram início apenas em 2017. Nos anos anteriores, as redes municipais e estadual de ensino do Amapá, participavam por adesão aos Programas Federais, ofertados pelo MEC com ações focadas em formação continuada de professores para a melhoria do processo do ensino e da aprendizagem do Ensino Fundamental.

Em 2010 o MEC ofertou em regime de colaboração com Estados e Municípios o Programa Pro-Letramento com o objetivo de oferecer suporte à ação pedagógica dos professores que atendiam estudantes matriculados nos anos/séries iniciais do ensino fundamental, e assim contribuir para elevar a qualidade do ensino e da aprendizagem nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

O Art. 3º da Resolução CD/FNDE nº 24 de 16 de agosto de 2010, apresenta as diretrizes gerais dos Programas de formação de professores implementados pela Secretária da Educação Básica – SEB/MEC e disponibilizados a todos os Estados e municípios brasileiros:

I - promover a melhoria da qualidade da educação básica pública e contribuir para a redução das desigualdades educacionais; 3/16 II - implementar a oferta de cursos de formação inicial e continuada para professores e profissionais da educação básica; III - valorizar o docente e o profissional de educação básica, mediante ações de formação que estimulem o ingresso, a permanência e a progressão na carreira; IV - suprir a demanda dos sistemas públicos de ensino por formação inicial e continuada de profissionais da educação; V - ampliar as oportunidades de formação e qualificação para atender às exigências ou apoiar e consolidar as políticas de educação básica; VI - promover a atualização teórico-metodológica dos professores e demais profissionais da educação básica, inclusive para o uso das novas tecnologias nos processos educativos; VII - reforçar a formação continuada como prática escolar regular que responda às características culturais e sociais de cada região; e VIII - garantir a oferta de serviços e recursos de acessibilidade necessários para viabilizar a participação de todos os professores e profissionais da educação nas formações ofertadas nos programas (BRASIL, 2010).

Em 2012, o Governo Federal instituiu o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade, com um conjunto de iniciativas a serem desenvolvidas entre a União, Estados e Municípios em prol da alfabetização e o letramento a todos os estudantes brasileiros.

A Portaria nº 867/2012, traz em seu Art. 5º os objetivos das ações do Pacto, que foram desenvolvidas em parceria com Institutos de Ensino Superior de cada Estado, e disponibilizadas a todos os sistemas públicos de ensino para assegurar a alfabetização e letramento das crianças até os 8 anos de idade, no final do 3º ano do ensino fundamental:

I - garantir que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em Língua Portuguesa e em Matemática, até o final do 3º ano do ensino fundamental; II - reduzir a distorção idade-série na Educação Básica; III - melhorar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB); IV - contribuir para o aperfeiçoamento da formação dos professores alfabetizadores; V - construir propostas para a definição dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças nos três primeiros anos do ensino fundamental (BRASIL, 2012).

Todas as redes de ensino do Estado do Amapá realizaram a adesão aos Programas federais ofertados pelo MEC, tendo acesso aos eixos de atuação como: Formação Continuada para professores, disponibilização de referenciais curriculares, distribuição de livros didáticos e jogos pedagógicos para o fortalecimento da práticas didáticas pedagógica que impulsionasse uma rotina de sala aula focada na consolidação de habilidades e competências essenciais para que os estudantes pudessem progredir no processo de escolarização de forma satisfatória.

Contudo, em 2017 constatou-se a partir dos resultados do IDEB, o não alcance das metas educacionais projetadas para as redes de ensino. Tais evidências propiciaram o início de discussões conjuntas entre as gestões estadual e municipais para tomadas de decisões coletivas.

Os resultados baixos em proficiência na leitura e na escrita, vislumbrados a partir dos dados da Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), avaliação censitária na qual

participaram estudantes matriculados no 3º Ano do Ensino Fundamental das escolas públicas do Amapá, e que tinha como objetivo verificar os níveis de alfabetização e letramento em Língua Portuguesa e Matemática, trouxe inquietações para as lideranças políticas do Estado. Instituiu-se então, uma Comissão Amapaense com objetivo de traçar estratégias para eliminação do analfabetismo escolar. Essa comissão foi presidida pela Secretaria de Estado da Educação do Amapá (SEED/AP) com a participação dos 16 secretários municipais, e teve o apoio técnico do Instituto Natura e Universidade Estadual do Amapá em consultorias para dar sustentabilidade na definição de ações, metas e indicadores na constituição de um documento oficial colaborativo com previsão de atividades participativas e integradas. As discussões iniciais foram pautadas nos resultados educacionais ofertados pelas avaliações externas recentes, assim como na Meta 2 estabelecida no Plano Estadual Educação (PEE) “Colaborar com os Municípios para alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do Ensino Fundamental”.

Em 2018, na socialização dos trabalhos executados pela Comissão Amapaense, foi apresentado e assinado pelo Governador do Estado e pelos 16 prefeitos o Termo de Colaboração entre Estado e Municípios. Tem-se, então, início ao desenvolvimento de ações colaborativas com foco no acompanhamento técnico pedagógico das redes municipais, formação continuada para professores, coordenadores pedagógicos e gestores escolares, assim como distribuição de material didático pedagógico, cedido a partir da parceria com governo do Estado do Ceará.

Em 2019, o Termo de Colaboração transformou-se na Lei nº 2.448 que Institui o Regime de Colaboração da Educação do Estado do Amapá - Colabora Amapá Educação, com o objetivo de viabilizar e fomentar a colaboração entre a rede estadual e as redes municipais de ensino, a partir do diálogo permanente e ações conjuntas voltadas ao fortalecimento da aprendizagem dos estudantes e à melhoria dos indicadores educacionais das redes estadual e municipais de ensino. A Lei no seu Art. 11 apresenta as ações do Programa de Aprendizagem no Amapá - PAAP, como estratégia para melhorar os indicadores educacionais do Estado do Amapá, que são: I - Material Didático Complementar; II - Formação Continuada para os profissionais da educação; III - Monitoramento e Avaliação; IV - Cooperação e Incentivos (AMAPÁ, 2019).

Na definição das estratégias para o fortalecimento da aprendizagem, percebe-se que avaliação e monitoramento são fixados como procedimentos fundamentais para o direcionamento das ações pedagógicas, objetivando o alcance de uma educação pública de qualidade.

A importância da avaliação educacional, como instrumento central para planejamento de uma gestão por resultados, conduziu SEED/AP a investir em um Sistema Permanente de Avaliação da Educação Básica do Amapá - SISPAEAP, por meio da contratação do Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora - CAED/UFJF com objetivo de produzir um diagnóstico acurado do desempenho dos estudantes da rede pública do Amapá. A contratação e parceria CAEd/UFJF permitiu a execução inédita em 2019 de uma avaliação externa estadual em regime de colaboração, aplicada de forma censitária nas redes estadual e municipais dos 16 municípios, avaliando a aprendizagem de 13.314 estudantes matriculados no 2º ano do Ensino Fundamental. A ação executada com rigor técnico-científico na produção dos indicadores educacionais ofertou informações criteriosas que possibilitaram verificar o desempenho dos estudantes do ciclo da alfabetização nos componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática (SISPAEAP, 2019).

Com a implementação do SISPAEAP, dois mecanismos foram adotados pelo governo do estado a fim de estimular a priorização da alfabetização pelas redes municipais e escolas estaduais. O primeiro foi a alteração dos critérios de distribuição da cota-parte dos municípios no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Uma nova lei estadual condicionou parte do repasse do imposto a indicadores de 18% educação. O segundo foi o Prêmio Criança Alfabetizada, que concede premiação em dinheiro com valores entre 60.000 mil a 80.000 mil, de acordo com número de alunos matriculados na etapa, as 20 escolas com os melhores resultados de alfabetização do estado. A metodologia de premiação contempla também, com recursos financeiros entre 30.000 mil a 40.000 mil, as 20 escolas com os menores resultados, a partir dos resultados das avaliações do Sistema Permanente da Avaliação Básica do Amapá.

As estratégias efetivadas no Amapá demonstram a implantação de ações de incentivos e de responsabilização na tentativa de obter compromisso político, engajamento, mobilização e envolvimento de todos os atores educacionais em prol do alcance das metas traçadas em regime de colaboração. Essas estratégias apresentam características com as políticas de responsabilização utilizadas nas avaliações educacionais da terceira geração, abordadas por Bonanino (2012, p. 375) quando ressalta “avaliações de terceira geração são aquelas que referenciam políticas de responsabilização forte ou *high stakes*, contemplando sanções ou recompensas em decorrência dos resultados de alunos e escolas”.

Ao instituir um sistema de avaliação estadual, percebe-se a importância dada ao levantamento de indicadores educacionais que possam envolver a sociedade em um processo

de corresponsabilidade pela garantia do direito de aprender dos estudantes. Associar a apropriação dos resultados do SISPAEAP às avaliações externas oferecidas pelo SAEB/MEC darão as gestões educacionais instrumentos para diagnosticar, monitorar e potencializar ações que possam garantir qualidade na educação básica no Amapá.

## 2.2 OS RESULTADOS DO IDEB NAS EDIÇÕES DE 2007 A 2019 DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE MACAPÁ E AS AÇÕES DE MELHORIA DA QUALIDADE EDUCACIONAL

Nesta seção iremos analisar os resultados do IDEB anos iniciais do Ensino Fundamental da rede pública estadual do Município de Macapá entre o período de 2007 a 2019, e as implicações de fatores internos e externos que influenciam na qualidade ou não da rede de ensino pesquisada. Os resultados serão analisados tendo em vista a sua evolução ou não e as implicações que incidem a partir deles.

Tabela 2 – Resultados do IDEB Rede Estadual do Município de Macapá 2007 a 2019

<i>IDEB OBSERVADO</i>							
Edições	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019
Macapá	3.5	3.7	3.9	3.8	4.3	4.4	4.7

Fonte: Elaborado pela autora com base em dados do INEP.

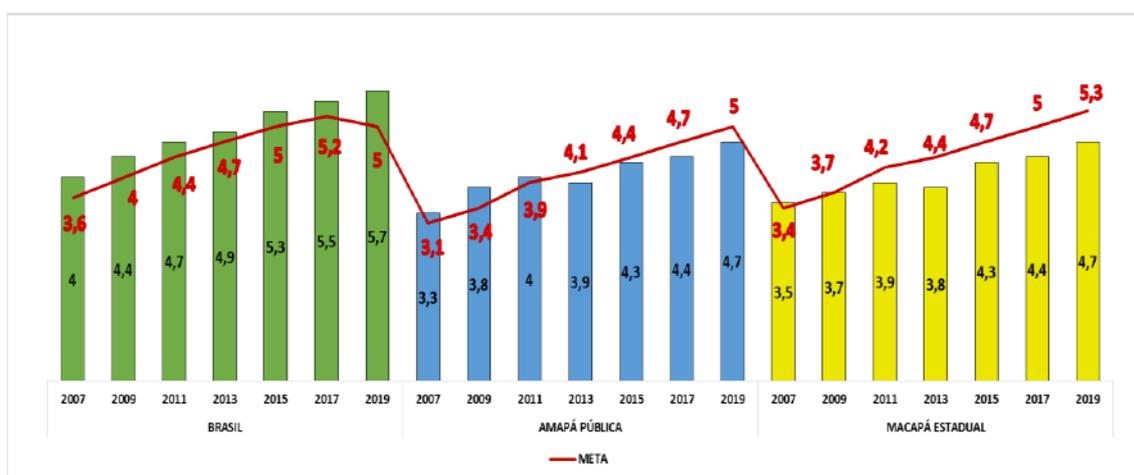
Tomando como análise os resultados do IDEB da rede pública estadual do município de Macapá (Tabela 2), observa-se um decréscimo na edição de 2013, porém, é evidente a evolução crescente nas demais edições. Pode-se aferir que o trabalho articulado entre governo federal e Estado, numa perspectiva macro, pode ser um dos elementos que influenciaram na evolução dos resultados. A iniciativa do Ministério da Educação, em implementar em 2013 o PNAIC com o objetivo de garantir a alfabetização a todas as crianças até os oito anos de idade, por meio de incentivos financeiros e assistência técnica e pedagógica para impulsionar a formação continuada de professores alfabetizadores com vistas a melhoria da condução didática pedagógica no processo de ensino e da aprendizagem, pode ser analisado como condutor nos avanços nos resultados do IDEB. De acordo com o FNDE o objetivo do Programa é:

O Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa tem o propósito de apoiar todos os professores que atuam no ciclo de alfabetização, incluindo os que atuam nas turmas multisseriadas e multietapa, a planejarem as aulas e a usarem de modo articulado os materiais e as referências curriculares e pedagógicas ofertados pelo MEC às redes que aderirem ao Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e desenvolverem as ações desse Pacto (BRASIL, 2012).

O Estado do Amapá aderiu ao PNAIC, e em 2013 na rede estadual do município de Macapá iniciou-se processo formativo de professores alfabetizadores, docentes de turmas 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental centrado nas habilidades essenciais dos componentes de Língua Portuguesa e Matemática a serem consolidadas por todos os estudantes. O IDEB avalia o conhecimento dos alunos nos componentes curriculares foco das formações para professores do PNAIC, além de considerar as taxas de aprovação. Com base no desempenho do IDEB da rede estadual do município de Macapá nas edições de 2015, 2017 e 2019 considera-se que as ações desenvolvidas a partir do PNAIC podem ter relação com os avanços percebidos nos resultados do IDEB.

Em consonância com os fatores internos, em 2018, o Governo do Estado implementou em regime de colaboração com os 16 municípios o PAAP, com objetivo de desenvolver ações estratégicas para a melhoria dos indicadores educacionais. As ações de formação continuada para professores docentes de turmas do 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental, aliadas ao direcionamento do uso pedagógico do material didático na rotina de sala de aula, e a difusão de uma cultura do acompanhamento dos direitos de aprendizagem dos estudantes, podem ser evidenciadas também, como indutores para o aumento da nota do IDEB em 2019 na rede estadual do Município de Macapá.

Gráfico 1 - Metas do Ideb nos anos iniciais do ensino fundamental Brasil – Amapá – Macapá 2007 a 2019



Fonte: INEP/QEdu

Ao realizar uma análise comparativa entre os resultados do IDEB em consonância com as metas projetadas no âmbito do Brasil, da rede pública do Estado do Amapá e a rede Estadual do Município de Macapá, podemos observar que a nível nacional houve progressão na média e a superação da meta projetada em todas as edições. O índice registrado nos anos

iniciais no país passou de 4,0, em 2007, para 5,7 em 2019, superando a meta nacional projetada de 5,0. Apesar da progressão dos dados, observa-se que resultado ainda está distante da meta 6,0 definida pelo Ministério da Educação (MEC) tendo como referência a qualidade dos sistemas educacionais de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Na rede pública do Estado do Amapá, nas edições de 2007, 2009 e 2011 houve crescimento da média e o alcance da meta. A partir de 2013, os dados divulgados pelo SAEB apontam para um baixo desempenho dos estudantes amapaenses matriculados no 5º Ano do Ensino Fundamental, devido à queda na média e os sucessivos não alcance da meta projetada nas edições seguintes de 2015, 2017 e 2019. A apropriação de tais resultados no território amapaense fortaleceu o reconhecimento do fracasso escolar e da necessidade de constituir políticas públicas a nível de estado para combater o analfabetismo e impulsionar a melhoria da qualidade do ensino, nasce então o colabora Amapá educação.

Ao adentrar na rede estadual do município de Macapá, observa-se que apesar dos resultados crescentes o aprendizado dos estudantes ainda é insatisfatório se comparado ao nacional. Houve superação da meta apenas na edição de 2007, com média 3,5. Em 2009, a rede atingiu a meta, quantificando o valor projetado, e nas demais edições de 2011 a 2019 apresentou uma média crescente, porém sem o alcance da meta projetada.

Ao relacionar com a média das escolas públicas do Amapá, percebe-se os índices da rede estadual do município de Macapá nas edições de 2015, 2017 e 2019 são equivalentes com os resultados 4,3, 4,4 e 4,7 respectivamente de todas as escolas públicas do território que atendem estudantes matriculados no 5º Ano do Ensino Fundamental, evidenciando a possível ligação com iniciativa da rede estadual na implantação do Programa de Aprendizagem no Amapá, com eixos de atuação em formação continuada para profissionais da educação, elaboração de material didático que dialoga com o contexto regional e sistema estadual de avaliação como políticas públicas educacionais na garantia do direito de aprender dos alunos.

Ao traçar uma análise dos resultados a nível nacional, de território e da rede estadual do município de Macapá, tenta-se compreender o distanciamento em relação às médias do país, considerando que o Estado do Amapá foi contemplado com as políticas públicas nacionais para o avanço do desempenho dos estudantes referente à etapa observada. Ao tentar compreender, pode-se considerar que tomadas de decisões tardias para implementação de políticas públicas educacionais em regime de colaboração, que foram iniciadas no Amapá apenas em 2017, podem estar intrinsecamente relacionados aos baixos índices a nível de Estado e a nível da rede estadual do município de Macapá.

Tabela 3 – Indicadores IDEB Rede Estadual Município de Macapá

<b>ENSINO FUNDAMENTAL – ANOS INICIAIS</b>		
Ano	Taxa de Aprovação Indicador de Rendimento (P)	Nota SAEB Média Padronizada (N)
2007	0,82	4,27
2009	0,81	4,60
2011	0,87	4,54
2013	0,86	4,43
2015	0,87	5,02
2017	0,86	5,11
2019	0,89	5,29

Fonte: IDEB 2019

Na sua formulação, o IDEB combina o rendimento e o desempenho escolar dos estudantes que são dois aspectos quantificáveis acerca dos estudantes. Ao realizar uma análise comparativa entre a edição de 2007 e 2019, pode-se verificar que houve avanços significativos tanto na taxa de aprovação como na proficiência dos estudantes, já que em relação ao rendimento, o resultado de 2019 com taxa 0,89 aproxima-se de 1 (100% de aprovação). A média de desempenho em 2007 quantificava 4,27 e em uma temporalidade de 12 anos obteve em 2019 a média 5,29. Esses indicadores melhores podem estar vinculados a política educacional adotada pelo estado, por propor formação continuada para professores, sistema de avaliação em rede, acompanhamento sistemático com objetivo do aprimoramento de prática didática alinhada ao planejamento de intervenções pedagógicas de acordo com as dificuldades diagnosticadas nas avaliações em rede para o desenvolvimento de habilidades essenciais que possam efetivar a progressão satisfatória dos estudantes.

A alfabetização plena de todas as crianças ainda é um grande desafio no Brasil. O Governo Federal tem implementado políticas públicas nacionais para minimizar as altas taxas de analfabetismo escolar, vislumbrados nas evidências apresentadas nos resultados o IDEB dos estados e municípios que mostram que meninos e meninas que, mesmo após concluírem o 5º ano do Ensino Fundamental, não aprenderam a ler e a escrever conforme o que versa a Base Nacional Comum Curricular. Em 2019, de acordo com os resultados do IDEB, muitos estudantes das escolas públicas da rede estadual de Macapá concluíram o 5º Ano do Ensino Fundamental sem saber ler com a proficiência esperada. Esse dado evidencia que aprender a ler e escrever são direitos que têm sido sistematicamente negados às novas gerações, e que necessariamente deve ser analisado pelas gestões educacionais.

### **3 CONCLUSÃO**

Esta pesquisa objetivou analisar os resultados do IDEB nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental da rede estadual do município de Macapá-Amapá, com intuito de verificar os resultados apresentados nas edições de 2007 a 2019, e levantar hipóteses sobre a possível relação entre às políticas públicas educacionais oferecidas pelo Ministério da Educação - MEC e as implementadas pelo estado com as evidências dos dados. Identificou-se que o IDEB trouxe um novo olhar para a educação brasileira, direcionando os agentes educacionais para a integração entre fluxo escolar e desempenho dos estudantes nas avaliações de larga escala e validando a importância de tomadas de decisões, replanejamento a partir das metas a serem perseguidas por cada escola.

Ao retomar ao questionamento inicial sobre quais políticas o Estado pode adotar ou manter com vistas a atingir a metas educacionais estabelecidas no PEE e no plano estratégico da SEED, verificou-se que as adesões aos Programas ofertados pelo MEC, as ações articuladas em regime de colaboração, juntamente com outros fatores não analisados nesta pesquisa, podem ter contribuído para a melhoria do processo educacional na rede estadual de Macapá. Portanto, as ações em regime de colaboração constituem-se como potencializadoras para integrar os profissionais da educação a comunidade escolar, oportunizando que todos conheçam os desafios da educação no município e saibam atuar coletivamente sobre eles. Considera-se portanto, que o suporte técnico e financeiro direcionados a rede de ensino, podem contribuir positivamente no desenvolvimento de estratégias que alcancem as escolas e os profissionais da educação para a melhoria da aprendizagem dos estudantes em prol de reverter de forma colaborativa os dados apresentados nos resultados educacionais.

Sobre quais estratégias podem contribuir para melhoria dos indicadores educacionais, constatou-se que a implementação de ações de formação continuada para os profissionais da educação, oferta de material didático que dialoga com o contexto regional, acompanhamento, monitoramento e avaliação permanente do desempenho dos estudantes, configuram-se como possibilidades de alcance de bons resultados educacionais nas próximas edições do IDEB, na construção de uma série histórica pautada na reflexão da prática didático pedagógica cotidiana para o direcionamento de mudanças em planos de ação que permitam a correção de rotas no processo de escolarização dos estudantes macapaenses.

As contribuições deixadas pela presente pesquisa, auxiliarão a gestão pública estadual a responder aos questionamentos apresentados acima, contudo, caberá, a partir das análises deste estudo, o desenvolvimento de novas pesquisas em busca de outros fatores associados que influenciam na melhoria de indicadores educacionais



## REFERÊNCIAS

AMAPÁ. Lei nº 2.448 de 2 de dezembro de 2019. **Institui o regime de Colaboração da Educação do Estado do Amapá-Colabora Amapá Educação e dá outras providencias.** Diário Oficial do Amapá: Macapá, n. 7054, p. 1,6 dez. 2019. Disponível em: [http://www.al.ap.gov.br/ver\\_texto\\_lei.php?iddocumento=99282#:~:text=2%C2%B0%20O%20Regime%20de,e%20%C3%A0%20melhoria%20dos%20indicadores](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=99282#:~:text=2%C2%B0%20O%20Regime%20de,e%20%C3%A0%20melhoria%20dos%20indicadores). Acesso em 10 fevereiro 2021

BONAMINO, A.; SOUSA, S. Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: Interfaces com o currículo da/na escola.** Em: Educação e Pesquisa. São Paulo, v. 38, n. 2, p. 73-388, abr./jun. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n2/aopep633.pdf>. Acesso em: março 2021.

BRASIL. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** IBGE cidades 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/macapa/panorama>. Acesso 07 de janeiro 2021.

BRASIL. MEC. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep).** Gov.br[Online]. MEC: Inep, 2021. Disponível em <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/ideb>. Acesso em 17 de janeiro de 2021.

BRASIL. Portaria Nº 867, de 4 de julho de 2012. **Institui o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa e as ações do Pacto e define suas diretrizes gerais.** Diário Oficial da União, 5 jul. 2012.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto Presidencial nº 6.094, de 24 de abril de 2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007.

BRASIL. **Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8069.htm>>. Acesso em: janeiro. 2021.

BROOKE, N.; ALVES, M. T. G.; OLIVEIRA, L. K. M. Seção 1 – Primeiras Iniciativas – Introdução em: **A avaliação da educação básica: a experiência brasileira.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 18.

FRESNEDA, B. Indicadores educacionais. Em: SIMÕES, A.; FRENSEDNA, B. (org.). **Panorama nacional e internacional da produção de indicadores sociais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2016. P. 9-36. Disponível em: <<https://especializacaoemavaliacao.caeddigital.net/mdl/mod/page/view.php?id=55>>. Acesso em: janeiro. 2021.

IDEB: **saiba tudo sobre o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.** Disponível em <https://www.somospar.com.br/ideb/>. Acesso em: janeiro. 2021

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2020.** Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/basica-levantamentos-microdados> Acesso em: janeiro 2021.

INEP. **Nota técnica: metodologia utilizada para o estabelecimento das metas intermediárias para a trajetória do Ideb no Brasil, estados, municípios e escolas.** Disponível: <https://especializacaoemavaliacao.caeddigital.net/mdl/mod/page/view.php?id=59>. Acesso em: janeiro. 2021

INEP. **Sinopse da Educação Básica 2020.** Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 15 de janeiro 2021.

PONTES, L. A. F. **Indicadores educacionais no Brasil e no mundo: as diversas faces da educação.** Disponível em: < <http://central.caedufjf.net/arquivos/indicadores-educacao.pdf>>. Acesso em: jan. 2021.

QEDU. Desenvolvido por Meritt e Fundação Lemann, 2013. **Apresenta informações sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil.** Disponível em: : < <http://www.qedu.org.br>>. Acesso em: 08 janeiro 2021.

SAVIANI, D. **PDE: Plano de Desenvolvimento da Educação: análise crítica da política do MEC.** Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

SILVA, E. C. **A urbanização em Macapá após a criação do estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial.** Ciência Geográfica - Bauru - XXI - Vol. XXI - (2): Janeiro/Dezembro – 2017

SOARES, J. F.; XAVIER, F. Pereira. **Pressupostos educacionais e estatísticos do Ideb.** Educação e Sociedade, v. 34, n. 124, p. 903-923, 2013. Disponível em: <https://especializacaoemavaliacao.caeddigital.net/mdl/mod/page/view.php?id=59>. Acesso em janeiro de 2021

VIANNA, H.M. **A prática da Avaliação Educacional: Algumas colocações metodológicas.** Cad. Pesq., São Paulo: 40-7, 1989.